



CÓD: OP-036JL-23
7908403538478

TJ-SP

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

450 questões gabaritadas

GABARITANDO

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Direito Penal	33
3. Direito Processual Penal	47
4. Direito Processual Civil.....	63
5. Direito Constitucional	77
6. Direito Administrativo.....	89
7. Direito Civil.....	101
8. Legislação Especial.....	115
9. Matemática.....	125
10. Informática.....	135

LÍNGUA PORTUGUESA

LÍNGUA PORTUGUESA

1. VUNESP - SOLD (PM SP)/PM SP/2ª CLASSE/2023

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Substantivo

Leia a tira.



- Ao se referir ao irmão no aumentativo, “irmãozão”, a menina demonstra
- (A) independência, sugerindo que pode dispensar a ajuda dele.
 - (B) apreço, revelando seu reconhecimento por ele tê-la ajudado.
 - (C) desagrado, tendo em vista que ele nem sempre se dispõe a colaborar.
 - (D) rivalidade, pelo fato de ele ser mais velho do que ela.
 - (E) despeito, constatando que o irmão se mostra mais sábio do que ela.

2. VUNESP - ASB (PREF SOROCABA)/PREF SOROCABA/2023

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Substantivo

Leia o texto para responder à questão.

15 DE JUNHO ... Fui comprar carne, pão e sabão. Parei na banca de jornaes. Li que uma senhora e três filho havia suicidado por encontrar dificuldade de viver. (...) A mulher que suicidou-se não tinha alma de favelado, que quando tem fome recorre ao lixo, cata verduras nas feiras, pedem esmola e assim vão vivendo. (...) Pobre mulher! Quem sabe se de há muito ela vem pensando em eliminar-se, porque as mães tem muito dó dos filhos. Mas é uma vergonha para uma nação. Uma pessoa matar-se porque passa fome. E a pior coisa para uma mãe é ouvir esta sinfonia:

– Mamãe eu quero pão! Mamãe, eu estou com fome!

Penso: será que ela procurou a Legião Brasileira ou Serviço Social? Ela devia ir nos palacios falar com os manda chuva.

A noticia do jornal deixou-me nervosa. Passei o dia chingando os politicos, porque eu também quando não tenho nada para dar aos meus filhos fico quase louca.

(Carolina Maria de Jesus, Quarto de Despejo – Diário de uma Favelada)

Na oração – ... porque as mães tem muito **dó** dos filhos. –, o substantivo destacado é masculino. Assim como ele, está corretamente empregado o substantivo masculino destacado em:

- (A) Durante as compras na feira, percebi que o **alface** estava mais barato esta semana.
- (B) Quem quer investir em ouro, precisa saber quanto custa o **grama** desse metal.

- (C) A construção atrasou um pouco, porque o **cal** e o cimento comprados atrasaram.
- (D) Na nova temporada da competição, o time vai trocar o seu **mascote** mais uma vez.
- (E) O rapaz foi detido porque encontraram o **dinamite** no banco traseiro de seu carro.

3. VUNESP - ATCE (TCM SP)/TCM SP/SUPORTE ADMINISTRATIVO/2023

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Conjugação. Reconhecimento e emprego dos modos e tempos verbais

Dialética erística é a arte de discutir, mais precisamente a arte de discutir de modo a vencer, e isso *per fas et per nefas* (por meios lícitos ou ilícitos). De fato, é possível ter razão objetivamente no que diz respeito à coisa mesma, e não tê-la aos olhos dos presentes e inclusive aos próprios olhos.

Assim ocorre, por exemplo, quando o adversário refuta minha prova e isso é tomado como uma refutação da tese mesma, em cujo favor se poderiam aduzir outras provas. **Neste caso**, naturalmente, a situação do adversário é inversa àquela que mencionamos: ele parece ter razão, **ainda que** objetivamente não a tenha. **Por conseguinte**, são duas coisas distintas a verdade objetiva de uma proposição e sua validade na aprovação dos contendores e ouvintes. A esta última é que a dialética se refere.

Donde provém isso? Da perversidade natural do gênero humano. Se esta não existisse, se no nosso fundo fôssemos honestos, em todo debate tentaríamos fazer a verdade aparecer, sem nos preocupar com que ela estivesse conforme à opinião que sustentávamos no começo ou com a do outro; isso seria indiferente ou, em todo caso, de importância muito secundária. No entanto, é isso o que se torna o principal.

Nossa vaidade congênita, especialmente suscetível em tudo o que diz respeito à capacidade intelectual, não quer aceitar que aquilo que num primeiro momento sustentávamos como verdadeiro se mostre falso, e verdadeiro aquilo que o adversário sustentava. Portanto, cada um deveria preocupar-se unicamente em formular juízos verdadeiros. Para isso, deveria pensar primeiro e falar depois. Mas, na maioria das pessoas, à vaidade inata associa-se a verbosidade e uma inata deslealdade. Falam antes de ter pensado e, quando, depois, se dão conta de que sua afirmativa era falsa e não tinham razão, pretendem que pareça como se fosse ao contrário. O interesse pela verdade, que na maior parte dos casos deveria ser o único motivo para sustentar o que foi afirmado como verdade, cede por completo o passo ao interesse da vaidade.

O verdadeiro tem de parecer falso e o falso, verdadeiro.

(Arthur Schopenhauer. Como vencer um debate sem precisar ter razão)

Assinale a alternativa que substitui o enunciado – Donde provém isso? – atendendo a norma-padrão de regência e conjugação do verbo, independentemente da preservação do sentido original.

- (A) Onde vou ficar, quando eu vir trabalhar aqui?
- (B) Aonde conveio estacionar durante a tempestade?
- (C) Onde vamos pôr as caixas que conterem equipamento?
- (D) Aonde se detiveram aquelas pessoas?
- (E) Aonde irei, se virem que estou escondido aqui?

DIREITO PENAL

DIREITO PENAL

1. VUNESP - AFT (JAGUARIÚNA)/PREF JAGUARIÚNA/2023

Assunto: Direito Penal - Causas de Extinção da Punibilidade

É causa de extinção da punibilidade, nos termos do art. 107 do CP:

- (A) absolvição.
- (B) menoridade.
- (C) perdão judicial.
- (D) inimputabilidade.
- (E) casamento do ofensor com a vítima.

2. VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2023

Assunto: Direito Penal - Da Prescrição

É causa impeditiva para a contagem do prazo para a prescrição enquanto não passar em julgado a sentença final:

- (A) o recebimento da denúncia.
- (B) o agente cumprir pena no exterior.
- (C) a não localização do agente.
- (D) o início do cumprimento da pena.

3. VUNESP - NER (TJ SP)/TJ SP/REMOÇÃO/2022

Assunto: Direito Penal - Da Prescrição

É causa interruptiva da prescrição:

- (A) cumprimento de pena no exterior.
- (B) oferecimento da denúncia ou queixa.
- (C) renúncia do direito de queixa, nos crimes de ação privada.
- (D) publicação do Acórdão recorrível.

4. VUNESP - DEL POL (PC SP)/PC SP/2022

Assunto: Direito Penal - Da Prescrição

São reduzidos de metade os prazos de prescrição

- (A) para pessoa cujos cuidados especiais sejam imprescindíveis para menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência.
- (B) quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos, ou, na data da sentença, idoso, ou seja, maior de 60 (sessenta) anos.

(C) apenas quando o criminoso era, ao tempo do crime, maior de 70 (setenta) anos.

(D) quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos, ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos.

(E) para mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos.

5. VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2023

Assunto: Direito Penal - Homicídio (art. 121 do CP)

O feminicídio é forma qualificada de homicídio.

A pena deve ser objeto de acréscimo de 2/3 quando a vítima é menor de 14 (catorze) anos

- (A) em menosprezo ou discriminação à condição de mulher.
- (B) se cometido mediante tortura.
- (C) por não aceitar o rompimento de relação amorosa.
- (D) se cometido por empregador.

6. VUNESP - GM (PREF PALMAS)/PREF PALMAS/2023

Assunto: Direito Penal - Homicídio (art. 121 do CP)

Tendo em conta o Código Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) A omissão é penalmente relevante se o omitente, ainda que sem o dever de agir, deixa de evitar o resultado, quando lhe era possível fazê-lo.
- (B) O homicídio doloso praticado contra menor de 14 anos enseja causa de aumento de pena, de dois terços.
- (C) O emprego de arma de fogo qualifica o roubo, já o uso de arma branca implica causa de aumento da pena, da metade.
- (D) Praticar conjunção carnal com a esposa desacordada por ingestão de bebida alcoólica configura estupro de vulnerável.

7. VUNESP - DEL POL (PC SP)/PC SP/2022

Assunto: Direito Penal - Homicídio (art. 121 do CP)

Júpiter está arrumando a ligação elétrica de sua casa, com ajuda de Jano, seu amigo, que lhe segura a escada. Deixando de observar um dever objetivo de cuidado, Júpiter faz uma ligação equivocada e recebe uma alta descarga de energia, sofrendo inutilização permanente de membro. No mesmo incidente, Jano sofre uma lesão corporal leve. Em outro cenário, Saturno, pai dedicado e amoroso, está dando banho em seu filho, Nemestrino. Imprudentemente, Saturno deixa Nemestrino cair no chão, o que causa a morte imediata do bebê. No que concerne à lesão corporal sofrida por Jano e ao homicídio praticado por Saturno, o perdão judicial, ao menos em tese:

- (A) aplica-se ao primeiro caso e depende de concordância da mãe de Nemestrino para aplicação ao segundo.
- (B) aplica-se ao segundo caso, mas não ao primeiro.
- (C) não se aplica a nenhum dos casos.
- (D) aplica-se a ambos os casos.
- (E) aplica-se ao primeiro caso, mas não ao segundo.

8. VUNESP - GCM (SERTÃOZINHO)/PREF SERTÃOZINHO/2022

Assunto: Direito Penal - Homicídio (art. 121 do CP)

No que concerne ao crime de homicídio no Código Penal, é correto afirmar que

- (A) se considera uma causa de aumento de pena se o crime for cometido por motivo fútil.
- (B) quando cometido contra um Guarda Municipal no exercício da função, será considerado um homicídio qualificado.
- (C) é considerado um crime qualificado quando praticado por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança.
- (D) mesmo na hipótese de o crime ser considerado culposos, será apenado com reclusão em razão de se tratar de crime contra a vida.
- (E) o infanticídio é uma modalidade qualificada do crime de homicídio.

9. VUNESP - AG POL (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Penal - Homicídio (art. 121 do CP)

O homicídio doloso é qualificado se o agente

- (A) foge para evitar prisão em flagrante.
- (B) deixa de observar regra técnica de profissão, arte ou ofício.

- (C) não procura diminuir as consequências de seu ato.
- (D) deixa de prestar imediato socorro à vítima.
- (E) o comete para assegurar a ocultação de outro crime.

10. VUNESP - ESC POL (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Penal - Homicídio (art. 121 do CP)

A respeito dos crimes de homicídio, infanticídio e aborto, previstos no Código Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) O crime de aborto admite a modalidade culposa.
- (B) A conduta de matar o próprio filho caracteriza o crime de infanticídio.
- (C) O emprego de veneno, fogo, tortura ou qualquer outro meio cruel ou que possa resultar perigo comum qualifica o crime de homicídio.
- (D) A condição da vítima ser menor de 14 (catorze) anos ou maior de 60 (sessenta) qualifica o crime de homicídio.
- (E) No homicídio culposos, a pena é aumentada da metade se o agente foge para evitar a prisão em flagrante ou deixa de prestar imediato socorro à vítima.

11. VUNESP - DEL POL (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Penal - Homicídio (art. 121 do CP)

Mévio, almejando ser o único herdeiro do patrimônio dos pais, falecidos em um acidente de carro, decide matar a irmã, criança de 11 anos de idade. À noite, entra no quarto da irmã e coloca uma aranha venenosa na cama, embaixo das cobertas. No dia seguinte, Mévio, ao ingressar no quarto da irmã, encontra sem vida, na cama da criança, a empregada. Sem que Mévio soubesse, a criança, justamente naquela noite, em razão da luz de seu quarto ter queimado, dormiu no quarto da empregada e nada sofreu. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta:

- (A) Mévio será punido pelo crime de homicídio culposos, praticado em detrimento da empregada.
- (B) Mévio será punido pelo crime de homicídio doloso, praticado em detrimento da empregada, vez que, por erro, atingiu pessoa diversa da que intencionava matar.
- (C) Mévio será punido por dois crimes, homicídio culposos, praticado em detrimento da empregada e tentativa de homicídio, em detrimento da irmã, em concurso formal.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. VUNESP - ESC POL (PC SP)/PC SP/2022

Assunto: Direito Processual Penal - Da Ação Penal (arts. 24 a 62 do CPP)

Tendo em conta as disposições referentes à Ação Penal contidas no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) O direito à representação, sendo personalíssimo da vítima, extingue-se com a morte dela.
- (B) Em se tratando de ação penal de iniciativa privada, a renúncia do direito à queixa em favor de um dos autores do crime a todos aproveitará, mas o perdão concedido a um não se estende aos demais.
- (C) Nos crimes de ação penal pública condicionada à representação, uma vez oferecida pela vítima, será ela irretratável.
- (D) Na ação penal de iniciativa privada, restará premissa a ação se, uma vez iniciada, o querelante deixar de promover o andamento do processo por 30 dias seguidos ou não.
- (E) Sendo a vítima a União, a ação penal será sempre pública, independentemente do crime praticado.

2. VUNESP - ESC POL (PC SP)/PC SP/2022

Assunto: Direito Processual Penal - Da Ação Penal (arts. 24 a 62 do CPP)

A respeito do acordo de não persecução penal, assinale a alternativa correta.

- (A) O acordo de não persecução penal é cabível ao agente ainda que já beneficiado com suspensão condicional do processo nos 05 anos anteriores ao cometimento da infração.
- (B) O acordo de não persecução penal é cabível a crimes sem violência ou grave ameaça com pena mínima inferior a 04 anos, não se considerando, para aferição de tal critério, as causas de aumento ou diminuição aplicáveis ao caso concreto.
- (C) O acordo de não persecução penal é firmado entre o acusado, o Ministério Público e o Juiz, não participando, no entanto, o ofendido.

(D) A renúncia voluntária a bens e direitos indicados pelo Ministério Público como proveitos do crime é uma das condições que podem ser ajustadas no acordo de não persecução penal.

(E) A vítima será intimada da celebração do acordo de não persecução penal, mas não do descumprimento.

3. VUNESP - DEL POL (PC SP)/PC SP/2022

Assunto: Direito Processual Penal - Da Ação Penal (arts. 24 a 62 do CPP)

Nos termos do Código de Processo Penal, é **correto** afirmar que a ação penal privada

- (A) exclusiva, em caso de morte do ofendido antes do início da ação, esta poderá ser intentada, em qualquer prazo, entre outras pessoas, por seu irmão.
- (B) exclusiva, em caso de morte do ofendido antes do início da ação, esta poderá ser intentada, em qualquer prazo, entre outras pessoas, por seu cônjuge.
- (C) personalíssima só pode ser intentada pela vítima e, em caso de falecimento antes ou depois do início da ação, não poderá haver substituição para sua propositura ou seu prosseguimento.
- (D) subsidiária da pública, findo o prazo do Ministério Público para oferecer denúncia, sem qualquer manifestação, poderá o ofendido oferecer a queixa e assumir definitivamente a ação penal, restando apenas ao Ministério Público o direito de aditar a queixa ou intervir no curso do processo.
- (E) personalíssima só pode ser intentada pela vítima ou por seu representante legal e, em caso de falecimento antes ou depois do início da ação, não poderá haver substituição para sua propositura ou seu prosseguimento.

4. VUNESP - DEL POL (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Processual Penal - Da Ação Penal (arts. 24 a 62 do CPP)

A respeito do acordo de não persecução penal, previsto no art. 28-A, do Código de Processo Penal, é **correto** afirmar que:

- (A) O instituto é aplicável aos crimes praticados sem violência e grave ameaça, cominados com pena máxima inferior a 04 (quatro) anos, incluindo os crimes de menor potencial ofensivo.
- (B) Eventual descumprimento do acordo de não persecução penal pelo investigado não poderá ser utilizado pelo Ministério Público para o não oferecimento de suspensão condicional do processo.
- (C) O Juiz não participa da celebração dos termos do acordo de não persecução penal, mas, por ocasião da homologação, poderá considerar inadequadas, insuficientes ou abusivas as condições e devolver os autos ao Ministério Público para reformulação.
- (D) A execução do acordo de não persecução penal dar-se-á perante o próprio Juízo que o homologou.
- (E) Da recusa do Ministério Público à proposta de acordo de não persecução penal caberá recurso em sentido estrito.

5. VUNESP - PER PAP (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Processual Penal - Da Ação Penal (arts. 24 a 62 do CPP)

Dispõe a CR/88: “será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal.” Tal disposição constitucional

- (A) autoriza a vítima a propor ação penal quando o inquérito policial extrapolar o prazo legal de 30 dias.
- (B) autoriza que seja intentada ação penal privada quando o Ministério Público representar pelo arquivamento do inquérito policial.
- (C) é aplicada, apenas, às ações penais públicas condicionadas à requisição do Ministro da Justiça.
- (D) é aplicada, apenas, às ações penais públicas condicionadas à representação do ofendido.
- (E) legitima a vítima a propor ação penal privada em casos que originalmente caberia ao Ministério Público fazê-lo.

6. VUNESP - CFO/QC (ESFCEX)/ESFCEX/DIREITO/2021

Assunto: Direito Processual Penal - Da Ação Penal (arts. 24 a 62 do CPP)

Assinale a alternativas que preenche, correta e respectivamente, as lacunas, nos termos do art. 28-A do CPP:

“Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal _____, o Ministério Público poderá propor _____, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime.”

- (A) sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos ... acordo de não persecução penal
- (B) com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos ... acordo de não persecução penal
- (C) com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos ... acordo de colaboração premiada
- (D) sem violência ou grave ameaça ... acordo de colaboração premiada
- (E) sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos ... acordo de colaboração premiada

7. VUNESP - CFO/QC (ESFCEX)/ESFCEX/DIREITO/2021

Assunto: Direito Processual Penal - Da Ação Penal (arts. 24 a 62 do CPP)

No que concerne à ação penal, assinale a alternativa correta, nos termos do art. 25 do CPP.

- (A) Não será admitida ação privada nos crimes de ação pública.
- (B) A ação penal privada é personalíssima, ou seja, o ofendido não poderá ser representado ao intentá-la.
- (C) A representação será irretratável, depois de oferecida a denúncia.
- (D) Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, tanto nas hipóteses de ação pública como de ação privada.
- (E) O ofendido decairá no direito de queixa ou de representação se não o exercer dentro do prazo de seis meses, contado do dia em que se encerrar o inquérito policial.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. VUNESP - ADV (DOCAS PB)/DOCAS PB/2022

Assunto: Direito Processual Civil - Princípios Processuais Cíveis (arts. 1º a 12 e CF/1988)

De acordo com o entendimento doutrinário atual, assinale a alternativa que indica o princípio geral do processo civil e sua explicação correspondente.

- (A) Acesso à justiça – condições mínimas que o processo deve conter para lidar com a afirmação de uma situação de ameaça ou lesão a direito.
- (B) Juiz natural – ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente.
- (C) Devido processo legal – a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.
- (D) Duplo grau de jurisdição – necessidade de toda e qualquer decisão judicial ser explicada, fundamentada e justificada pelo magistrado que a proferiu, levando em conta o direito aplicável e as vicissitudes do caso concreto.
- (E) Assistência jurídica integral e gratuita – embora não previsto expressamente na Constituição Federal, corresponde ao dever de promover a igualdade de condições de manifestação ao longo do processo, criando condições para que essa igualdade seja efetivamente exercitada.

2. VUNESP - JL (TJ RJ)/TJ RJ/2022

Assunto: Direito Processual Civil - Princípios Processuais Cíveis (arts. 1º a 12 e CF/1988)

Assinale a alternativa em que o artigo citado seja correspondente ao conceito do Princípio da Ubiquidade.

- (A) As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa.
- (B) Aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé.

(C) É assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, competindo ao juiz zelar pelo efetivo contraditório.

(D) Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.

(E) O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei.

3. VUNESP - ANA (FERNANDÓPOLIS)/CM FERNANDÓPOLIS/JURÍDICO ADMINISTRATIVO/2022

Assunto: Direito Processual Civil - Princípios Processuais Cíveis (arts. 1º a 12 e CF/1988)

Assinale a alternativa que consagra o Princípio da Primazia do Julgamento de Mérito.

(A) Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.

(B) Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.

(C) É assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais.

(D) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e todas as decisões serão fundamentadas, sob pena de nulidade.

(E) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

4. VUNESP - ADV (FITO)/FITO/2020

Assunto: Direito Processual Civil - Da Jurisdição (art. 16)

O artigo 3º do CPC dispõe: “Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito”. E o artigo 16 cita que: “A jurisdição civil é exercida pelos juízes e pelos tribunais em todo o território nacional”. Tais artigos tratam respectivamente dos princípios da

- (A) inafastabilidade da jurisdição e da aderência ao território.
- (B) inércia e da sucumbência.
- (C) instrumentalidade e da inafastabilidade da jurisdição.
- (D) lealdade processual e da instrumentabilidade.
- (E) aderência ao território e do duplo grau de jurisdição.

5. VUNESP - JL (TJ RJ)/TJ RJ/2022

Assunto: Direito Processual Civil - Da ação (arts. 17 a 20)

Na relação jurídica, são pressupostos processuais

- (A) de existência, a petição inicial apta, a imparcialidade do juiz, a capacidade postulatória e a legitimação para o processo.
- (B) de validade do processo, a demanda, jurisdição e citação.
- (C) negativos, tais como a perempção, a litispendência, a coisa julgada e a convenção de arbitragem.
- (D) a possibilidade jurídica do pedido, a legitimidade e o interesse de agir.
- (E) a legitimidade e o interesse de agir, apenas.

6. VUNESP - CFO/QC (ESFCEX)/ESFCEX/DIREITO/2022

Assunto: Direito Processual Civil - Dos Limites da Jurisdição Nacional e da Cooperação Internacional (arts. 21 a 41)

A cooperação jurídica internacional será regida por tratado de que o Brasil faz parte e observará

- (A) a publicidade processual, inclusive nas hipóteses de sigilo previstas na legislação do Estado requerente.
- (B) a existência de autoridade central para recepção e transmissão dos pedidos de cooperação, desde que fundamentados com parecer da Advocacia Geral da União.
- (C) a transmissão de informações a autoridades estrangeiras, desde que mediante requerimento.

(D) a igualdade de tratamento entre nacionais e estrangeiros, residentes ou não no Brasil, em relação ao acesso à justiça e à tramitação dos processos, assegurando-se assistência judiciária aos necessitados.

(E) o respeito às garantias do devido processo legal nos Estados requerente e requerido, desde que previsto em Tratado Internacional.

7. VUNESP - ANA (FERNANDÓPOLIS)/CM FERNANDÓPOLIS/JURÍDICO ADMINISTRATIVO/2022

Assunto: Direito Processual Civil - Da Competência Interna (arts. 42 a 69)

Acerca dos meios de declaração de incompetência, assinale a alternativa correta.

- (A) A incompetência, absoluta ou relativa, será alegada como questão preliminar de contestação.
- (B) Prorrogar-se-á a competência relativa se o réu não arguir a incompetência em incidente processual proposto em autos apartados.
- (C) A incompetência relativa, assim como a absoluta, pode ser declarada de ofício.
- (D) A incompetência absoluta deverá ser oposta por meio de exceção de incompetência.
- (E) Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar a incompetência absoluta e relativa, sob pena de prorrogação da competência do juiz que tomou conhecimento da inicial.

8. VUNESP - PJ (DAE BAURU)/DAE BAURU/2022

Assunto: Direito Processual Civil - Da Competência Interna (arts. 42 a 69)

No caso em que a parte ré deixe de alegar, em preliminar de contestação, a incompetência relativa do foro, trata-se de prorrogação de competência

- (A) voluntária expressa.
- (B) voluntária tácita.
- (C) judicial.
- (D) legal.

DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. VUNESP - AG ADM (CAMPREV)/CAMPREV/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

A respeito dos princípios fundamentais da Constituição da República de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) O pluralismo político constitui um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.
- (B) Todo o poder emana do povo, que o exerce diretamente, por meio de representantes eleitos, ou indiretamente, por meio de plebiscito e referendo, nos termos da Constituição.
- (C) São Poderes da União, autônomos e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e Moderador.
- (D) A concessão de asilo político não é um dos princípios de relações internacionais da República Federativa do Brasil.
- (E) A República Federativa do Brasil buscará a integração étnica, política, tecnológica e cultural dos povos da América do Sul, visando à formação de uma comunidade sul-americana de povos.

2. VUNESP - TEC LEG (ALESP)/ALESP/"SEM ÁREA"/2022

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, segundo a Constituição Federal de 1988, dentre outros:

- (A) solução pacífica dos conflitos.
- (B) independência nacional.
- (C) a dignidade da pessoa humana.
- (D) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- (E) repúdio ao terrorismo e ao racismo.

3. VUNESP - ESC POL (PC SP)/PC SP/2022

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar que a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem, entre outros, como fundamento:

- (A) a erradicação da pobreza e da marginalização.
- (B) a dignidade da pessoa humana.
- (C) a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- (D) a garantia do desenvolvimento nacional.
- (E) a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor e idade.

4. VUNESP - AFTM (PREF SOROCABA)/PREF SOROCABA/2022

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

São fundamentos da República Federativa do Brasil:

- (A) o pluralismo político.
- (B) construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- (C) defesa da paz.
- (D) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- (E) independência nacional.

5. VUNESP - AUX PER (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Nos termos da Constituição Federal, a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem, entre outros, como fundamentos:

- (A) a cidadania e a independência nacional.
- (B) a dignidade da pessoa humana e a defesa da paz.
- (C) o pluralismo político e a soberania.
- (D) a soberania e a prevalência dos direitos humanos.
- (E) o pluralismo político e a autodeterminação dos povos.

6. VUNESP - AUX NEC (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal, a concessão de asilo político é

- (A) direito subjetivo de todos os estrangeiros, assegurada expressamente na Constituição Federal.
- (B) um dos cinco fundamentos da República Federativa do Brasil.
- (C) um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, junto com a erradicação da pobreza.
- (D) um dos dez princípios com os quais a República Federativa do Brasil se rege nas relações internacionais.
- (E) direito fundamental expresso na Constituição e também um dos oito princípios por meio dos quais a República do Brasil se rege nas relações internacionais.

7. VUNESP - AUX NEC (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal, (I) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, (II) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e (III) a prevalência dos direitos humanos são, respectivamente,

- (A) fundamento, objetivo e fundamento da República Federativa Brasileira.
- (B) objetivo fundamental, fundamento e princípio que rege a República Federativa do Brasil nas relações internacionais.
- (C) fundamento, princípio que rege as relações internacionais e fundamento da República Federativa do Brasil.
- (D) objetivo, objetivo e objetivo da República Federativa do Brasil.
- (E) objetivo fundamental, objetivo fundamental e fundamento da República Federativa do Brasil.

8. VUNESP - AUX PER (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal, o pluralismo político é

- (A) um objetivo fundamental a ser perseguido pela República Federativa do Brasil.
- (B) um princípio que rege a República Federativa do Brasil em suas relações internacionais.
- (C) um direito fundamental expresso na Constituição Federal.

(D) uma garantia fundamental expressa na Constituição Federal.

(E) um fundamento da República Federativa do Brasil.

9. VUNESP - MED-LEG (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como um dos seus fundamentos:

- (A) a independência nacional.
- (B) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- (C) a defesa da paz.
- (D) a interdependência entre os Poderes.
- (E) reduzir as desigualdades sociais e regionais.

10. VUNESP - PROM JUS (MPE RJ)/MPE RJ/2022

Assunto: Direito Constitucional - Características (Direitos Fundamentais)

Assinale a alternativa que diz respeito à modalidade de eficácia de princípio que propõe se possa exigir do Judiciário a invalidade da revogação de normas que, regulamentando o princípio, concedam ou ampliem direitos fundamentais, sem que a revogação em questão seja acompanhada de uma política substitutiva ou equivalente.

- (A) Simétrica.
- (B) Diferida.
- (C) Interpretativa.
- (D) Preceptiva.
- (E) Vedativa do retrocesso.

11. VUNESP - JL (TJ RJ)/TJ RJ/2022

Assunto: Direito Constitucional - Características (Direitos Fundamentais)

Sobre os Direitos Fundamentais, assinale a alternativa correta.

- (A) É incorreto afirmar-se que os direitos fundamentais são absolutos, uma vez que tanto outros direitos fundamentais como outros valores constitucionais podem limitá-los.
- (B) A característica da universalidade dos direitos fundamentais está presente tanto no polo passivo quanto no polo ativo das relações jurídicas que permeiam um direito fundamental.

DIREITO ADMINISTRATIVO

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. VUNESP - AI (ALESP)/ALESP/2022

Assunto: Direito Administrativo - Provimento, Exercício e Vacância dos Cargos Públicos (arts. 11 a 86 da Lei nº 10.261/1968)

Assinale a alternativa que apresenta todas as espécies de provimento nos cargos públicos, de acordo com a Lei Estadual nº 10.261/1968.

- (A) Nomeação; reintegração; reversão; e reaproveitamento.
- (B) Concurso; homologação; posse; e entrada em exercício.
- (C) Concurso; reintegração; remoção; reversão; e readaptação.
- (D) Nomeação; transferência; reintegração; acesso; reversão; aproveitamento; e readmissão.
- (E) Posse; nomeação; transferência; acesso; e aproveitamento.

2. VUNESP - PROC (ALESP)/ALESP/2022

Assunto: Direito Administrativo - Provimento, Exercício e Vacância dos Cargos Públicos (arts. 11 a 86 da Lei nº 10.261/1968)

Considere que, por necessidade do serviço, um agente público prestou serviço de forma extraordinária pelo período de uma semana. Com base no Estatuto dos Servidores do Estado de São Paulo, é **correto** afirmar que

- (A) a gratificação pela prestação de serviço extraordinário será paga em valor fixo e por dia de trabalho prorrogado.
- (B) o período de trabalho também poderia ser prorrogado por decisão do servidor público, sempre que a medida atender de forma indireta o interesse público.

(C) o servidor fará jus ao recebimento de gratificação por serviço extraordinário, pois o Estatuto não prevê a possibilidade de instituição do sistema de compensação de horas.

(D) caso tenha sido instituído sistema de compensação de horas, não será necessário o pagamento de horas extraordinárias.

(E) a prestação de serviço extraordinário deverá contar com a concordância do servidor e não poderá exceder 4 (quatro) horas diárias de trabalho.

3. VUNESP - ESC (TJ SP)/TJ SP/2021

Assunto: Direito Administrativo - Provimento, Exercício e Vacância dos Cargos Públicos (arts. 11 a 86 da Lei nº 10.261/1968)

Cícero, que é funcionário público estadual, havia sido demitido do serviço público, mas, posteriormente, foi absolvido pela Justiça, em decisão que negou a existência da sua autoria. Nessa situação hipotética, portanto, considerando o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, é correto afirmar que Cícero deverá ser

(A) reintegrado ao serviço público, em cargo superior ao que ocupava e com todos os direitos e vantagens devidas, mediante certidão do cartório judicial que comprove o teor da decisão absolutória.

(B) reintegrado ao serviço público, no cargo que ocupava e com todos os direitos e vantagens devidas, mediante simples comprovação do trânsito em julgado de decisão judicial.

(C) reincorporado ao serviço público, em cargo equivalente ao que ocupava e com todos os direitos e vantagens devidas, mediante certidão do cartório judicial que comprove a decisão absolutória.

(D) readmitido em outro cargo diferente do que ocupava, sem os direitos e vantagens do cargo anterior, mediante certidão do cartório judicial que comprove o teor da decisão absolutória.

(E) readmitido ao serviço público, no mesmo cargo ou em cargo equivalente, com todos os direitos e vantagens devidas, mediante simples comprovação do trânsito em julgado de decisão judicial.

4. VUNESP - OF ADM (SEDUC SP)/SEDUC SP/2019

Assunto: Direito Administrativo - Provimento, Exercício e Vacância dos Cargos Públicos (arts. 11 a 86 da Lei nº 10.261/1968)

Nos termos da Lei no 10.261, de 28.10.1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado), assinale a alternativa que contempla apenas hipóteses de provimento de cargos públicos.

- (A) Readmissão, reintegração e movimentação.
- (B) Nomeação, reversão e readmissão.
- (C) Transferência, acesso e exoneração.
- (D) Movimentação, aproveitamento e acesso.
- (E) Exoneração, reversão e nomeação.

5. VUNESP - PAA (UNICAMP)/UNICAMP/ANALISTA DE RECURSOS HUMANOS/2019

Assunto: Direito Administrativo - Provimento, Exercício e Vacância dos Cargos Públicos (arts. 11 a 86 da Lei nº 10.261/1968)

Nos termos do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, o reingresso no serviço público de funcionário em disponibilidade denomina-se

- (A) reintegração.
- (B) reversão.
- (C) aproveitamento.
- (D) readmissão.
- (E) readaptação.

6. VUNESP - PAA (UNICAMP)/UNICAMP/ANALISTA DE RECURSOS HUMANOS/2019

Assunto: Direito Administrativo - Da Promoção (arts. 87 a 107 da Lei nº 10.261/1968)

Conforme o Estatuto dos Servidores da Universidade Estadual de Campinas, a licença que dependa de inspeção médica será concedida pelo prazo

- (A) máximo de 30 (trinta) dias.
- (B) de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período.
- (C) máximo de 60 (sessenta) dias.
- (D) improrrogável de 90 (noventa) dias.
- (E) indicado no respectivo laudo.

7. VUNESP - PSIJ (TJ SP)/TJ SP/2022

Assunto: Direito Administrativo - Do Direito de Petição (arts. 239 e 240 da Lei nº 10.261/1968)

Aline, ocupante do cargo efetivo de Psicóloga Judiciária, do Tribunal de Justiça de São Paulo, pelos termos da Lei Estadual no 10.261/68, tem assegurado o direito de

- (A) requerer ou representar, bem como pedir reconsideração e recorrer de decisões, no prazo de 30 (trinta) dias, salvo previsão legal específica.
- (B) pedir reconsideração da decisão proveniente do seu chefe imediato, que indeferiu a sua representação escrita, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias.
- (C) requerer à autoridade superior, informações legais referentes ao cargo que ocupa, no prazo máximo de 03 (três) dias.
- (D) recorrer das decisões emanadas pela autoridade imediatamente superior, no prazo de 20 (vinte) dias, salvo previsão legal em contrário.
- (E) pedir reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias, bem como recorrer de decisões, no prazo de 20 (vinte) dias, salvo previsão legal específica.

8. VUNESP - ENFJ (TJ SP)/TJ SP/2019

Assunto: Direito Administrativo - Do Direito de Petição (arts. 239 e 240 da Lei nº 10.261/1968)

Conforme disciplinado na Lei no 10.261/68, assinale a alternativa correta.

- (A) É vedado a qualquer pessoa reclamar sobre erro, omissão ou conduta incompatível no serviço público.
- (B) A Administração poderá recusar-se a protocolar, encaminhar ou apreciar a petição quando julgá-la ilegal.
- (C) Ao servidor público é assegurado o direito de pedir reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias, e recorrer de decisões, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias improrrogáveis.
- (D) É assegurado a qualquer pessoa física ou jurídica, independentemente de pagamento, o direito de petição contra ilegalidade ou abuso de poder e para defesa de direitos.
- (E) É assegurado à pessoa jurídica interessada para defesa de seus direitos, após o pagamento das devidas taxas, o direito de petição contra ilegalidade ou abuso de poder.

DIREITO CIVIL

DIREITO CIVIL

1. VUNESP - NER (TJ SP)/TJ SP/REMOÇÃO/2022

Assunto: Direito Civil - Da personalidade e da capacidade (arts. 1º a 10)

Sobre personalidade e capacidade, assinale a alternativa correta.

(A) Mesmo se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida, a decretação da ausência é pressuposto para a declaração de morte presumida.

(B) A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para casar-se e constituir união estável, a exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária, inclusive quanto à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

(C) A incapacidade do menor de 16 anos pode cessar pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz.

(D) A existência da pessoa natural termina com a morte; presume-se esta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão provisória.

2. VUNESP - APGO (PREF JUNDIAÍ)/PREF JUNDIAÍ/DIREITO/2022

Assunto: Direito Civil - Da personalidade e da capacidade (arts. 1º a 10)

No que diz respeito ao início da personalidade, é **correto** afirmar que o Código Civil adotou a teoria

(A) natalista, na qual o início da personalidade ocorre com o nascimento com vida, sendo certo que o nascituro detém direitos desde a concepção.

(B) personalidade condicional, na qual o nascimento com vida é uma condição suspensiva para a aquisição da personalidade e, por consequência, da detenção de direitos.

(C) concepcionista, na qual o início da personalidade ocorre com a concepção, sendo certo que o nascimento se presta apenas para que se consolide a capacidade jurídica do nascituro.

(D) augustiniana, na qual o início da personalidade se dará quando o nascituro tiver o cérebro parcialmente formado, proporcionando o início da geração de ondas cerebrais, utilizando o mesmo princípio da extinção da personalidade jurídica.

(E) mista, na qual o início da personalidade se dá a partir do momento em que o embrião se fixa no útero, sendo necessário o nascimento com vida.

3. VUNESP - MED-LEG (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Civil - Da personalidade e da capacidade (arts. 1º a 10)

O Código Civil em seu art. 6º preceitua que “a existência de pessoa natural termina com a morte”. Qual o nome do instituto jurídico presente no art. 8º do Código Civil que admite a morte simultânea de dois ou mais indivíduos em um mesmo momento, quando não se pode provar quem faleceu primeiro?

(A) Morte súbita.

(B) Primoriência.

(C) Docimásia da agonia.

(D) Premoriência.

(E) Comoriência.

4. VUNESP - ADV P (PRUDENCO)/PRUDENCO/2022

Assunto: Direito Civil - Da personalidade e da capacidade (arts. 1º a 10)

A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil. Cessará, para os menores, a incapacidade

(A) pelo casamento.

(B) pelo exercício de função pública comissionada.

(C) pela colação de grau em curso técnico.

(D) pela existência de relação de estágio.

(E) pela concessão dos pais, mediante instrumento público e homologação judicial.

5. VUNESP - MED-LEG (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Civil - Da personalidade e da capacidade (arts. 1º a 10)

O Código Civil, em seu art. 6º, preceitua que “a existência de pessoa natural termina com a morte”. Qual o nome do instituto jurídico presente no art. 8º do Código Civil, que admite a morte de dois ou mais indivíduos em um mesmo momento, quando não se pode provar quem faleceu primeiro?

- (A) Primoriência.
- (B) Premoriência.
- (C) Morte súbita.
- (D) Docimásia da agonia.
- (E) Comoriência.

6. VUNESP - PROC (CAMPREV)/CAMPREV/2023

Assunto: Direito Civil - Dos Direitos da personalidade (arts. 11 a 21)

Assinale a alternativa **correta** acerca dos direitos da personalidade.

- (A) O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo e indisponível, assentado no princípio da dignidade da pessoa humana, devendo, no entanto, a pretensão ser exercida em até 10 (dez) anos a partir da maioridade do filho.
- (B) É possível a modificação do nome civil em decorrência do direito à dupla cidadania, de forma a unificar os registros à luz dos princípios da verdade real e da simetria.
- (C) A tutela da dignidade da pessoa humana na sociedade da informação não inclui o direito ao esquecimento, tendo em vista a liberdade de imprensa e manifestação, garantidos constitucionalmente.
- (D) Em caso de uso indevido do nome da pessoa com intuito comercial, o dano moral depende da prova da efetiva ofensa à honra objetiva da pessoa cujo nome foi utilizado de forma indevida.
- (E) Exige-se a prova inequívoca da má-fé da publicação (*actual malice*), para ensejar a indenização pela ofensa ao nome ou à imagem de alguém.

7. VUNESP - ADV (DOCAS PB)/DOCAS PB/2022

Assunto: Direito Civil - Dos Direitos da personalidade (arts. 11 a 21)

Assinale a alternativa **correta** acerca dos direitos da personalidade.

- (A) É defeso, para fins de transplante, o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.
- (B) É válida, com objetivo científico, econômico ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte, podendo o ato de disposição ser livremente revogado a qualquer tempo.
- (C) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, podendo, entretanto, o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- (D) O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, salvo se provada a inexistência de intenção difamatória.
- (E) O cônjuge sobrevivente poderá exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade do morto, bem como reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

8. VUNESP - NER (TJ GO)/TJ GO/REMOÇÃO/2021

Assunto: Direito Civil - Dos Direitos da personalidade (arts. 11 a 21)

Contrariando o acordo que havia feito com a mulher, mãe da criança, o genitor escolheu um nome duplo, magoando profundamente sua mulher. Diante desse fato, assinale a alternativa **correta**.

- (A) A criança somente poderá alterar o nome no primeiro ano após ter atingido a maioridade civil.
- (B) A modificação do nome é qualificada como excepcional e as hipóteses em que se admite a alteração são restritivas, de modo que não haverá alteração.
- (C) Exercício abusivo do poder de família pelo pai. Há possibilidade de exclusão do prenome indevidamente acrescido.
- (D) Trata-se de ato ilícito, na medida em que o pai feriu os deveres de lealdade e boa-fé, porém o prenome é imutável.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

1. VUNESP - PROC J (CM JUNDIAÍ)/CM JUNDIAÍ/2022

Assunto: Direito Tributário - Lei nº 6.830/1980 - Lei de Execução Fiscal

João da Silva é sócio-gerente da empresa ABC Ltda. dedicada à prestação de serviços. No ano de 2015, foi iniciada execução fiscal contra a empresa em razão de débitos do imposto municipal sobre serviços (ISS), tendo a empresa sido citada em fevereiro de 2015. No ano de 2016, visando dificultar a satisfação da execução, João da Silva constituiu nova sociedade com o mesmo objeto social, deixando de prestar serviços em nome da empresa ABC Ltda., encerrando todos os contratos em nome da empresa, fechando o seu único escritório, bem como liquidando todos os seus bens e transferindo o recurso resultante para os seus sócios, sem, contudo, formalizar a dissolução, liquidação e extinção da sociedade, como determina a legislação comercial. Em novembro de 2020, após anos de tentativas frustradas de proceder à penhora de bens do devedor, a Fazenda Pública solicitou o redirecionamento da execução fiscal a João da Silva, em razão da dissolução irregular da empresa ABC Ltda.

Com base nessa situação hipotética e na legislação tributária nacional, é correto afirmar que:

- (A) não é possível o redirecionamento da execução fiscal para João da Silva, pois se trata de sociedade limitada, sendo o redirecionamento possível apenas no caso de dissolução irregular de sociedades de capital.
- (B) o redirecionamento da execução é possível, pois o prazo prescricional de cinco anos será contado a partir da citação quando antes dela tiver ocorrido o ato ilícito destinado a fraudar a execução.
- (C) não é possível o redirecionamento da execução fiscal para João da Silva, pois não se pode falar em responsabilidade de sócios de sociedade limitada por dívidas da pessoa jurídica, salvo após processo ordinário de desconsideração da personalidade jurídica.

(D) o redirecionamento da execução é possível, pois a citação positiva do sujeito passivo devedor original da obrigação tributária, por si só, não provoca o início do prazo prescricional quando o ato de dissolução irregular for a ela subsequente.

(E) o redirecionamento da execução não será possível, apesar do período decorrido, se alegado pelo devedor ter havido ineficácia por parte da Fazenda Pública na cobrança do crédito após a dissolução irregular na sociedade.

2. VUNESP - PROC (PREF JUNDIAÍ)/PREF JUNDIAÍ/2021

Assunto: Direito Tributário - Lei nº 6.830/1980 - Lei de Execução Fiscal

José, contribuinte do ISS (Imposto Sobre Serviços), foi notificado pelo Fisco Municipal de Auto de Infração e Imposição de Multa, como sendo devedor de determinada quantia devida a título do imposto, sobre prestação de serviço que José entende não ter realizado. Diante da situação hipotética, José poderá

- (A) promover ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária no prazo de 5 anos.
- (B) promover ação de repetição de indébito após ter pago o valor a fim de evitar a execução fiscal.
- (C) impetrar mandado de segurança, mediante prova contábil de que não realizou a prestação.
- (D) consignar o valor exigido, a fim de discutir o débito.
- (E) promover ação para o fim de anular o Auto de Infração e Imposição de Multa.

3. VUNESP - AFT (PREF VZ. PTA.)/PREF V PAULISTA/2021

Assunto: Direito Tributário - Lei nº 6.830/1980 - Lei de Execução Fiscal

Sobre a execução judicial da dívida ativa com base na Lei nº 6.830/1980, assinale a alternativa correta.

- (A) A inscrição, que se constitui no ato de controle administrativo da legalidade, será feita pelo órgão competente para apurar a liquidez e certeza do crédito e suspenderá a prescrição, para todos os efeitos de direito, por 360 (trezentos e sessenta) dias.
- (B) A Certidão de Dívida Ativa (CDA) conterà os mesmos elementos do Termo de Inscrição em Dívida Ativa, sendo dispensada a autenticação pela autoridade competente.

(C) Até o trânsito em julgado da ação de execução, a Certidão de Dívida Ativa (CDA) poderá ser emendada ou substituída, assegurada ao executado a devolução do prazo para embargos.

(D) A competência para processar e julgar a execução da Dívida Ativa da Fazenda Pública exclui a de qualquer outro Juízo, excetuados os da falência, da concordata, da liquidação, da insolvência ou do inventário.

(E) A Dívida Ativa regularmente inscrita goza da presunção relativa de certeza e liquidez.

4. VUNESP - PROC MU (PGM SANTOS)/PREF SANTOS/2021

Assunto: Direito Tributário - Lei nº 6.830/1980 - Lei de Execução Fiscal

Em relação à execução fiscal, é correto afirmar:

(A) A inscrição, que se constitui no ato de controle administrativo da legalidade, será feita pelo órgão competente para apurar a liquidez e certeza do crédito e suspenderá a prescrição, para todos os efeitos de direito, por 360 dias, ou até a distribuição da execução fiscal, se esta ocorrer antes de findo aquele prazo.

(B) A Dívida Ativa regularmente inscrita goza da presunção absoluta de certeza e liquidez, não podendo ser ilidida por terceiros interessados.

(C) O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: arresto se não for paga a dívida, nem garantida a execução, por meio de depósito, fiança ou seguro garantia, dispensada em tal circunstância a avaliação dos bens.

(D) O termo ou auto de penhora conterà, também, a avaliação dos bens penhorados, efetuada por quem o lavrar e, se não houver, na Comarca, avaliador oficial ou este não puder apresentar o laudo de avaliação no prazo de 30 (trinta) dias, será nomeada pessoa ou entidade habilitada a critério do Juiz.

(E) Na execução por carta, os embargos do executado serão oferecidos no Juízo deprecado, que os remeterá ao Juízo deprecante, para instrução e julgamento, e, quando os embargos tiverem por objeto vícios ou irregularidades de atos do próprio Juízo deprecado, caber-lhe-á unicamente o julgamento dessa matéria.

5. VUNESP - ADV (FITO)/FITO/2020

Assunto: Direito Tributário - Lei nº 6.830/1980 - Lei de Execução Fiscal

Em sede de Execução Fiscal, nos termos da Lei nº 6.830/80, o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la, uma vez transcorrido o prazo prescricional que, nesse caso, é contado da data em que

(A) o juiz determinar a suspensão do curso da execução.

(B) for proposta a execução fiscal.

(C) o juiz ordenar o arquivamento.

(D) for inscrita a dívida como dívida ativa.

(E) for expedida a Certidão de Dívida Ativa.

6. VUNESP - PJ (CM PINDORAMA)/CM PINDORAMA/2020

Assunto: Direito Tributário - Lei nº 6.830/1980 - Lei de Execução Fiscal

A respeito dos embargos à execução fiscal, é correto afirmar que

(A) possuem natureza jurídica equivalente à da contestação na ação de conhecimento.

(B) em caso de emenda ou substituição da certidão de dívida ativa até a decisão de primeira instância, fica assegurada ao executado a devolução do prazo para os embargos.

(C) o executado oferecerá embargos no prazo máximo de 15 (quinze) dias da intimação para a penhora.

(D) não se admite a produção de prova testemunhal nos embargos à execução fiscal.

(E) o credor-embargado poderá apresentar reconvenção contra o devedor-embargante após intimação dos embargos à execução fiscal.

7. VUNESP - PROC JU (CM SERRANA)/CM SERRANA/2019

Assunto: Direito Tributário - Lei nº 6.830/1980 - Lei de Execução Fiscal

Nos termos da Lei nº 6.830/80, pode-se afirmar que a petição inicial da execução fiscal

(A) deverá ser acompanhada da planilha de cálculo do valor do débito.

(B) poderá conter requerimento para a citação e para penhora de bem específico indicado pela Fazenda Pública.

MATEMÁTICA

MATEMÁTICA

1. VUNESP - AG (PREF JAGUARIÚNA)/PREF JAGUARIÚNA/MOBILIDADE/2023

Assunto: Matemática - Divisibilidade, números primos, fatores primos, divisor e múltiplo comum (MMC)

Carlos executa duas atividades profissionais, A e B, independentemente de ser dia útil, final de semana ou feriado. A cada 3 dias de execução da atividade A, ele folga o dia seguinte, e a cada 5 dias de execução da atividade B, ele também folga o dia seguinte. Sabendo-se que em 15 de dezembro de 2022 ele folgou o dia, em ambas as atividades, pode-se corretamente afirmar que, em fevereiro de 2023, um dos dias em que ele estará de folga, em ambas as atividades, será o dia

- (A) 24.
- (B) 25.
- (C) 26.
- (D) 27.
- (E) 28.

2. VUNESP - SOLD (PM SP)/PM SP/2ª CLASSE/2023

Assunto: Matemática - Divisibilidade, números primos, fatores primos, divisor e múltiplo comum (MMC)

Um entregador de mercadorias faz suas entregas em determinado comércio a cada 8 dias e em outro comércio a cada 12 dias, independentemente de o dia ser útil ou não. No último dia de 2022, um sábado, o entregador fez suas entregas em ambos os comércios. Logo, em fevereiro de 2023, ele fará suas entregas nestes comércios, em um mesmo dia, em uma

- (A) segunda-feira.
- (B) quarta-feira.
- (C) terça-feira.
- (D) sexta-feira.
- (E) quinta-feira.

3. VUNESP - MOTO (SERTÃOZINHO)/PREF SERTÃOZINHO/2023

Assunto: Matemática - Divisibilidade, números primos, fatores primos, divisor e múltiplo comum (MMC)

João e Antônio são motoristas de uma empresa de transportes que funciona todos os dias do ano. João trabalha três dias seguidos e folga no quarto dia. Antônio trabalha quatro dias seguidos e folga no quinto dia. No dia primeiro de março, João e Antônio tiveram folga. O próximo dia desse mês em que isso irá ocorrer novamente será no dia

- (A) 19.
- (B) 20.
- (C) 21.
- (D) 22.
- (E) 23.

4. VUNESP - ARQUEO (SOROCABA)/PREF SOROCABA/2023

Assunto: Matemática - Divisibilidade, números primos, fatores primos, divisor e múltiplo comum (MMC)

Suponha que você tenha disponível R\$ 18.000,00, em cédulas de R\$ 50,00, e R\$ 15.000,00, em cédulas de R\$ 20,00, e precise dividir toda essa quantia no maior número de partes possível, todas contendo o mesmo valor, em reais, sendo nas quantidades de x cédulas de R\$ 20,00 e de y cédulas de R\$ 50,00, em cada parte. Nesse caso, em cada parte, o valor em notas de R\$ 20,00 deverá ser menor que o valor em notas de R\$ 50,00 em

- (A) R\$ 120,00.
- (B) R\$ 100,00.
- (C) R\$ 80,00.
- (D) R\$ 60,00.
- (E) R\$ 40,00.

5. VUNESP - AG (PREF PERUÍBE)/PREF PERUÍBE/LIMPEZA PÚBLICA/2023

Assunto: Matemática - Divisibilidade, números primos, fatores primos, divisor e múltiplo comum (MMC)

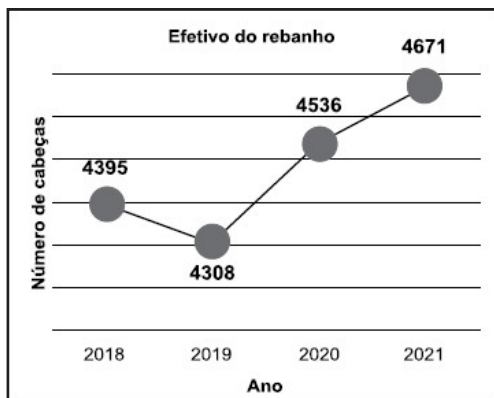
Carlos e Ana visitam regularmente o mesmo cliente que tem uma casa comercial que funciona durante todos os dias, independentemente de ser dia útil ou não. Carlos visita esse cliente a cada 6 dias, e Ana, a cada 8 dias. Na terça-feira passada, Carlos e Ana visitaram esse cliente e, sendo assim, a próxima visita de ambos a esse cliente, em um mesmo dia, está prevista para uma

- (A) segunda-feira.
- (B) terça-feira.
- (C) quarta-feira.
- (D) quinta-feira.
- (E) sexta-feira.

6. VUNESP - AG (PREF JAGUARIÚNA)/PREF JAGUARIÚNA/MOBILIDADE/2023

Assunto: Matemática - Porcentagem

O gráfico, elaborado com informações apresentadas pelo IBGE, apresenta números do efetivo do rebanho bovino, na cidade de Jaguariúna, dos anos de 2018 a 2021.



(IBGE. Adaptado)

Comparado ao número de cabeças em 2019, o número de cabeças em 2021 teve um crescimento correspondente entre

- (A) 5% e 6%.
- (B) 6% e 7%.
- (C) 7% e 8%.
- (D) 8% e 9%.
- (E) 9% e 10%.

7. VUNESP - ASS ADM (JUNDIAÍ)/PREF JUNDIAÍ/ÁREA DA SAÚDE/2023

Assunto: Matemática - Porcentagem

Considere a seguinte informação apresentada no site Futuro da Saúde, em um artigo intitulado Cuidados Paliativos no Brasil: avanços esbarram no estigma, formação e políticas públicas:

Segundo um estudo publicado em 2019 [...] a estimativa mínima de pacientes com necessidades de cuidados paliativos em 2040 será de cerca de 1,2 milhão no país – em 2000 era 662 mil.

(<https://futurodasaude.com.br/cuidados-paliativos-no-brasil/>)

Com base na informação apresentada, o número mínimo estimado de pacientes com necessidades de cuidados paliativos em 2040, quando comparado ao número do ano 2000, terá um acréscimo correspondente de, aproximadamente:

- (A) 79%
- (B) 81%
- (C) 83%
- (D) 85%
- (E) 90%

8. VUNESP - SOLD (PM SP)/PM SP/2ª CLASSE/2023

Assunto: Matemática - Porcentagem

De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a produção de arroz irrigado na Região Sudeste, na safra 2021/2022, foi de 36,3 mil toneladas, uma diminuição de 14% em relação à produção do mesmo produto, na safra 2020/2021. Essa diminuição corresponde a um valor compreendido entre

- (A) 5,6 e 5,8 mil toneladas de arroz.
- (B) 5,8 e 6,0 mil toneladas de arroz.
- (C) 5,4 e 5,6 mil toneladas de arroz.
- (D) 5,2 e 5,4 mil toneladas de arroz.
- (E) 6,0 e 6,2 mil toneladas de arroz.

INFORMÁTICA

INFORMÁTICA

1. VUNESP - ASOC (CAMPREV)/CAMPREV/2023 Assunto: Informática - Windows 10

Tem-se o seguinte conteúdo da pasta C:\Temp\Controle em um computador com Microsoft Windows 10, sendo exibido no Explorador de Arquivos, ambos em sua configuração padrão.

Nome	Data de modificação	Tipo
Apresentações	11/12/2022 14:17	Pasta de arquivos
Contrato	22/01/2023 20:35	Pasta de arquivos
Documentos	22/01/2023 20:35	Pasta de arquivos
Financeiro	22/01/2023 20:35	Pasta de arquivos
Tarefas.txt	22/01/2023 20:35	Documento de Te...

Considerando que a pasta Apresentações está vazia, um usuário executou as seguintes ações.

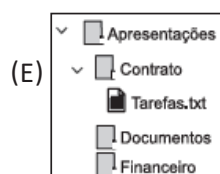
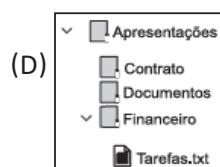
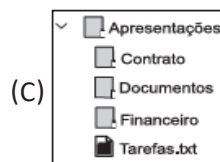
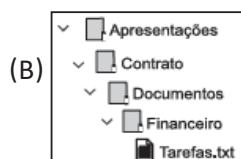
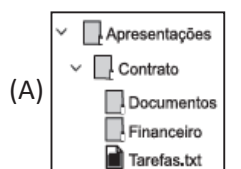
I. Clicou com o botão primário do mouse sobre a pasta Contrato e, sem soltar o botão do mouse, arrastou a seleção sobre a pasta Apresentações.

II. Clicou com o botão primário do mouse sobre a pasta Documentos e, sem soltar o botão do mouse, arrastou a seleção sobre a pasta Apresentações.

III. Clicou com o botão primário do mouse sobre a pasta Financeiro e, sem soltar o botão do mouse, arrastou a seleção sobre a pasta Apresentações.

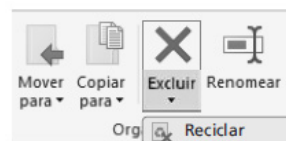
IV. Clicou com o botão primário do mouse sobre o arquivo Tarefas.txt e, sem soltar o botão do mouse, arrastou a seleção sobre a pasta Apresentações.

Considerando que todas as ações foram executadas com sucesso, assinale a alternativa com o resultado correto, sobre o conteúdo da pasta Apresentações.



2. VUNESP - FARM (SAME FM)/SAME FM/2023 Assunto: Informática - Windows 10

Ao selecionar um arquivo na pasta C:\TEMP e clicar na opção Reciclar, dentro do ícone Excluir, do Explorador de arquivos do Microsoft Windows 10, em sua configuração padrão, do grupo Organizar, da guia Início, conforme imagem a seguir, o arquivo será



- (A) excluído permanentemente.
- (B) enviado para a Lixeira.
- (C) recuperado da Lixeira.
- (D) atualizado e regravado.
- (E) habilitado para uso.

3. VUNESP - SOLD (PM SP)/PM SP/2ª CLASSE/2023 Assunto: Informática - Windows 10

Um usuário editando um documento simples de texto por meio do Bloco de Notas do MS-Windows 10, ambos em configuração padrão, desejava formatar o texto e abriu uma janela com opções de formatação.

Assinale a alternativa que apresenta apenas formatações possíveis de serem feitas por meio do Bloco de Notas conforme o enunciado.

- (A) Itálico, sublinhado e tachado.
- (B) Itálico, negrito e tamanho de Fonte.
- (C) Texto sublinhado, alinhamento centralizado e tipo de fonte Arial.
- (D) Tipo de Fonte Times New Roman, tamanho de Fonte e alinhamento justificado.
- (E) Alinhamento à direita, sublinhado e tachado.

4. VUNESP - ARQT (PREF GRU)/PREF GRU/2023

Assunto: Informática - Windows 10

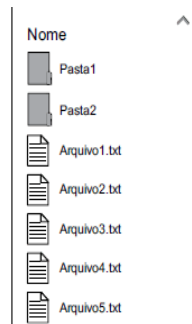
No Microsoft Windows 10, em sua configuração padrão, assinale a alternativa com os dois comandos que, combinados e na ordem apresentada, movem um arquivo de uma pasta para outra pasta.

- (A) Copiar e colar.
- (B) Recortar e colar.
- (C) Colar e apagar.
- (D) Abrir e recortar.
- (E) Renomear e colar.

5. VUNESP - ARQT (SERTÃOZINHO)/PREF SERTÃOZINHO/2023

Assunto: Informática - Windows 10

Tem-se o seguinte conteúdo de uma pasta sendo exibido a partir do Explorador de Arquivos do Microsoft Windows 10, em sua configuração original.



Ao se selecionar todos os arquivos e pastas, clicar com o botão secundário do mouse em qualquer um dos arquivos, selecionar “Enviar para” e, em seguida, selecionar “Pasta compactada”, o Windows irá criar um arquivo compactado e o usuário pode alterar o nome, conforme imagem a seguir.

